

## 5. O Plano Collor II

### Plano Collor II

Não havia alternativa senão editar o Plano Collor II. A questão não está em saber se um novo congelamento era necessário ou não, já que não havia alternativa para ele. Também não é saber se um congelamento é bom ou mal; uma cirurgia é sempre “má”, sempre significa uma violência para o paciente, mas freqüentemente é uma violência necessária, que, se realizada no momento certo, com rapidez e com competência, salva o paciente. Além disso, não faz sentido fazer declarações ideológicas, como fez a Fiesp, dizendo que se opõe sistematicamente ao congelamento por violar os mecanismos de mercado. Se o mercado está doente, se não é capaz de, por si mesmo, regular o nível de preços, só uma intervenção cirúrgica pode lhe devolver funcionalidade. Menos sentido ainda fazem declarações como a da CUT, através de seu presidente, que mal tomou conhecimento do plano e declarou imediatamente que lutará contra um presumido “arrocho salarial”.

A verdadeira questão é saber se o novo congelamento será definitivo, se de fato transformará a inflação brasileira em uma inflação comum, inferior a 1 por cento ao mês, como a existente nos países desenvolvidos. Este é um objetivo perfeitamente viável para o Brasil, embora as pessoas, acostumadas com a inflação, se surpreendam com essa possibilidade.

O Plano Collor I não podia ter esse objetivo. Era um plano de emergência, como foi o Plano Bresser. O Plano Collor II, entretanto, representará uma tragédia para a nação caso não controle definitivamente a inflação. Não apenas porque a inflação estará de volta, mas porque ficará perigosamente enfraquecido e sujeito a uma crise institucional o governo de

um presidente que tem revelado firmeza e coragem e que dirigirá o país por mais quatro anos.

Minha avaliação inicial do Plano Collor II é de que suas probabilidades de êxito não são grandes, embora existam. O plano possui grandes méritos, a partir de um mérito fundamental: a equipe econômica teve a humildade e a flexibilidade de rever sua estratégia. Possui, entretanto, uma inconsistência econômica básica e duas insuficiências que arriscam seu êxito, uma econômica, outra política.

A inconsistência diz respeito ao *tarifaço*. No final de maio de 1990, quando o único dado confiável sobre a inflação após o Plano Collor I eram os 3,29 por cento de abril do índice de ponta a ponta da Fipe, fiz uma visita à ministra da Economia e lhe disse (1) que a inflação estava de volta, (2) que dado seu caráter inercial e o componente de aceleração existente desde pelo menos 1987 essa inflação continuaria a crescer, (3) que a política baseada em uma meta monetária e na desindexação dos salários não funcionaria, dada a indexação informal e o caráter endógeno da moeda, (4) que a única solução, portanto, era um congelamento, mas que (5) esse congelamento deveria ser *preparado*, para ser editado quatro meses depois, em outubro. A preparação implicaria (1) ajustar gradualmente os preços relativos e a taxa de câmbio, de forma a evitar um *tarifaço* e uma maxidesvalorização no dia do congelamento, (2) o aprofundamento do ajuste fiscal, de forma a ficar claro que o déficit público estaria zerado, e (3) um acordo social mínimo sobre como ficariam preços e salários durante e depois do congelamento.

O governo adotou o congelamento, mas sem o necessário preparo. O *tarifaço* é sua principal inconsistência. Aumentar o petróleo em 46,8 por cento, a energia elétrica em 59,5 por cento, as tarifas telefônicas em 58,7 por cento e esperar que os agentes econômicos não procurem, nos meses seguintes, repassar esses aumentos de custos para preços é irrealista. É inútil argumentar que esses aumentos repõem o nível de preços de março de 1990. A inflação inercial ou autônoma é exatamente o processo de repasse automático e defasado (assincrônico) dos aumentos de custo para preço, na tentativa de cada agente

econômico de garantir sua participação na renda nacional. Quando, em dezembro, o governo decidiu afinal congelar, deveria ter tido a paciência e o sangue-frio de aguardar alguns meses, enquanto corrigia os preços e acabava de corrigir a taxa de câmbio.

A primeira insuficiência diz respeito ao ajuste fiscal. Está claro que, apesar dos enormes esforços realizados em 1990, o ajuste não está completo. Muitas das medidas do ano passado tiveram efeito uma única vez. Outras representaram mera postergação de pagamento. O governo, entretanto, pode ainda sanar essa insuficiência. O plano dá os poderes necessários ao Ministério da Economia. E algumas medidas já estão embutidas no plano, como o imposto sobre o ganho de capital obtido pelos mutuários do Sistema Financeiro de Habitação. Com isso o enorme rombo do Fundo de Equivalência Salarial é parcialmente coberto.

A segunda insuficiência é política. Diz respeito à falta de um acordo social e político. Na minha proposta, esta era a parte mais polêmica. Muitos acham que seria impossível fazer um congelamento relativamente aberto, com uma negociação prévia. Tal negociação ocorreu no México, em dezembro de 1987, e teve êxito em garantir o congelamento. Mas sabemos que o México tem um regime autoritário. Em Israel, onde um congelamento foi bem-sucedido em 1985, o acordo social ocorreu nos dias seguintes ao congelamento, enquanto as medidas ainda estavam sendo tomadas. No Brasil, no quinto congelamento, optou-se novamente pelo total segredo. Nesse ponto o governo não teve a humildade para mudar. Agora o governo busca apoio, mas ainda não se demonstra disposto a negociar. Isso, conjuntamente com o *tarifaço*, para o qual não há conserto, poderá ser fatal para o plano.

No mais o plano está bem definido. A desindexação é novamente uma aposta máxima, que apenas o Plano Bresser não fez. A criação da taxa de juros de referência, semelhante à *libor*, é um adequado substituto à indexação se a inflação for de fato domada. A tablita de conversão de dívidas, que o Plano Collor lamentavelmente esqueceu, está corretamente de volta. A forma de conversão dos salários pela média, semelhante à

adotada no Plano Cruzado, é adequada para uma situação em que não havia reajustes mensais. E não produzirá arrocho salarial. Pelo contrário, deverá produzir uma certa recuperação do salário médio real. A unificação das datas-base é o maior avanço institucional incluído neste plano. Transforma trabalhadores e empresários em co-responsáveis diretos pela inflação.

O congelamento, que geralmente estimula a demanda, mais a recuperação do salário médio real deverão reaquecer moderadamente a economia, que estava entrando em profunda recessão. Este é um fato muito favorável para o plano.

É cedo para dizer que o Plano Collor II falhará. Poderá dar certo e precisa dar certo. Seu maior problema não é a descrença ou a indiferença da sociedade, são suas insuficiências e sua incoerência básica. Esta é insanável, mas poderá ser compensada pela superação da insuficiência fiscal e política. (*Folha de S. Paulo*, 05/02/91.)

## Reformas sem estabilização

Nos últimos anos, a idéia de que o controle da inflação é condição para que se levem adiante as reformas estruturais e se retome o desenvolvimento assumiu o caráter de uma verdade axiomática. Entretanto, o primeiro ano do governo Collor está demonstrando que esta afirmação é falsa pelo menos no que diz respeito às reformas estruturais. Estas estão sendo feitas, embora a estabilização não tenha sido alcançada.

O governo Collor e, particularmente, sua equipe econômica vêm sendo avaliados de maneira crescentemente negativa pela sociedade em função de não terem logrado, de fato, controlar a inflação. Este é sem dúvida um fato que depõe contra o governo. A política monetarista adotada a partir de maio e a recessão resultante não tiveram como compensação o efetivo controle da inflação. A equipe teve dificuldades de administrar a inflação inercial e o regime hiperinflacionário existentes no Brasil. O Plano Collor II certamente não logrará eliminar a

inflação, como seria de se esperar de um segundo congelamento. O *tarifaço* faz com que ele deixe um “resíduo inflacionário” excessivamente alto (inflação em torno de 8 por cento em março, primeiro mês em que os índices de inflação aparecerão sem resíduo estatístico ou *carry over*). Esse resíduo inflacionário servirá de patamar a partir do qual as leis da inércia inflacionária em regime hiperinflacionário se encarregarão de levar a inflação a níveis mensalmente mais altos.

A avaliação da equipe econômica, entretanto, é injusta se considerarmos o esforço que vem sendo realizado e os resultados já alcançados em termos de reformas estruturais. Ora, sem essas reformas a estabilização duradoura da economia é pouco provável e a retomada do desenvolvimento praticamente impossível. Na verdade, excetuado o problema da inflação, o desempenho da equipe econômica é muito bom.

Em primeiro lugar, a equipe econômica adotou o diagnóstico correto do problema fundamental da crise brasileira: trata-se de uma crise fiscal, de uma crise financeira do Estado. E, a partir desse diagnóstico, vem procurando, com enorme firmeza, não apenas reduzir o déficit público, mas também reduzir e/ou consolidar a dívida pública. A dívida pública interna já foi substancialmente reduzida. A atitude firme do Brasil em relação à dívida externa visa exatamente reduzi-la e consolidá-la. Os bancos e os governos pressionam para um acordo sobre os juros atrasados. É razoável que se faça o acordo desde que fique claro que qualquer pagamento só será realizado depois de o principal ter sido também negociado.

Em segundo lugar, o governo teve a coragem de acabar com os títulos e cheques ao portador, reduzindo assim a sonegação fiscal e abrindo possibilidade para uma tributação progressiva.

Em terceiro lugar, o governo iniciou efetivamente um programa de liberalização comercial, que há muito se fazia necessário. Esse programa, que nada tem de neoliberal, está acoplado a uma política industrial e tecnológica (Programa de Competitividade Industrial) que, indiscutivelmente, aponta na direção certa.

Em quarto lugar, o governo iniciou um bem estruturado processo de privatização, incluindo grandes empresas estatais, como as siderúrgicas.

Estas são algumas reformas estruturais efetivas. Reformas que abrem novas perspectivas para a economia brasileira, que definem uma nova estratégia de desenvolvimento e modernização.

Agora, com o Projeto, o governo dá continuidade a essas reformas. Seu diagnóstico da crise brasileira continua correto: temos uma crise fiscal, ou seja, uma crise financeira profunda do Estado. O objetivo é reduzir o Estado e saneá-lo, para que ele possa realizar suas tarefas no plano do desenvolvimento industrial e tecnológico e no plano social.

Para alcançar esse objetivo a equipe econômica, que coordenou o Projeto, não hesita em fazer propostas que ainda despertam muita controvérsia: a redução da estabilidade dos funcionários públicos, a substituição da aposentadoria por tempo de serviço pela aposentaria por idade (que não precisa ser a mesma para todas as profissões), a introdução do ensino universitário pago acoplado a um grande aumento das bolsas de estudo.

Essas reformas são todas extremamente necessárias. São reformas que tornarão o Brasil um país moderno. Que permitirão superar a crise fiscal. Que tornarão o Brasil um país mais competitivo internacionalmente. Mas encontrarão a resistência de interesses contrariados e de preconceitos antigos, da mesma forma como as medidas de eliminação dos títulos ao portador, a redução da dívida pública, a privatização e a liberalização comercial eram reformas vigorosamente recusadas por uma direita e uma esquerda arcaicas.

O Projeto está agora no Congresso. E hoje, mais que em qualquer outro momento na história deste país, as esperanças estão sendo nele depositadas. Espera-se que o grande entendimento nacional para superação da crise se realize lá. Essas esperanças são compreensíveis, mas não devem ser exageradas. Sem uma liderança firme da Presidência nenhum acordo real será viável.

Essa liderança foi abalada pelo retorno da inflação, no segundo semestre de 1990, e voltará a ser colocada em cheque pela volta da inflação nos próximos meses. A equipe econômica está corretamente flexibilizando os preços mas, equivocadamente, está dificultando a reindexação da economia. Ao fazer isso arrisca um retorno desordenado, se não explosivo, da inflação. Durante 1991, à medida que os preços sejam liberalizados ou flexibilizados e que os agentes econômicos tratem de recompor seus preços relativos, a inflação certamente voltará. Ninguém deve se surpreender ou indignar por isso. É conveniente, entretanto, que a inflação volte de maneira ordenada e gradual, de forma a dar tempo ao governo para continuar suas reformas estruturais e a permitir que ele recupere fôlego para um novo e definitivo plano de estabilização. Essa volta gradual, ao invés de explosiva, da inflação dependerá, entretanto, da competência da equipe econômica e do bom senso da sociedade. (*Folha de S. Paulo*, 24/3/91.)